

**A COMPREENSÃO
DO GÊNERO GRAMATICAL
POR PROFESSORES
DO ENSINO
FUNDAMENTAL:
IMPRECISÃO CONCEITUAL**

ROMUALDO, Edson Carlos¹

BIONDO, Fabiana Poças²

¹ Doutor em Letras pela UNESP – Assis e docente da graduação e da pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Coordenador do Projeto de Pesquisa Linguística e Formação de Professores (UEM). E-mail: ecomualdo@uol.com.br.

² Mestra em Letras pela UEM e docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Participante do Projeto de Pesquisa Linguística e Formação de Professores (UEM). E-mail: fabibiondo@gmail.com.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar a base conceitual que professores do Ensino Fundamental possuem sobre a categoria nominal de gênero. Para tanto, a partir de estudos sobre a categoria de gênero e a compreensão conceitual, analisamos as verbalizações a respeito do tema, coletadas por meio de entrevistas, de um total de oito professores de duas turmas das 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries, atuantes em uma escola pública da cidade de Maringá/PR. Os resultados demonstram que, de modo geral, os entrevistados, embora apresentem a relação da categoria com “masculino e feminino” e com os “substantivos”, quando são solicitados a definir gênero gramatical, confundem-se e mostram-se bastante inseguros. Além disso, para a diferenciação do gênero masculino e feminino, encontramos a variação do uso de apenas um até três critérios, quais sejam: o sexo; a terminação (flexão/derivação) e o artigo (concordância). Os resultados mostram, ainda, que a maioria dos professores tem domínio da nomenclatura referente à categoria de gênero nominal, no entanto, alguns deles não conseguem justificar a relação e os limites que separam dois dos conceitos básicos que envolvem o trabalho com o tema: o gênero gramatical e o sexo dos seres.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero gramatical, Compreensão conceitual, Professores.

ABSTRACT: The conceptual basis that Primary School teachers have with regard to the gender's nominal category is investigated. The verbalizations on the theme, collected through interviews with eight teachers of two classes involving 2nd, 4th, 6th and 8th grades of a government school in Maringá/PR Brazil, are analyzed from studies on gender categories and conceptual comprehension. Results show that, as a rule, the interviewed teachers remain confused and highly insecure when they had to define grammatical gender even though they present the 'masculine and feminine' and 'noun' category relationship. Further, usage variation of one to three criteria was found in the case of masculine and feminine gender differentiation, or rather, sex, end terms (flexion/ derivation) and article (concordance). Results also show that most teachers know the nomenclature on nominal gender category but fail to justify the relationship and limits that separate the two basic concepts that link the assignment to the theme, or rather, grammatical gender and the sex of things.

KEYWORDS: Grammatical gender, Conceptual comprehension, Teachers.

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

É fato conhecido entre os estudiosos da linguagem que a abordagem gramatical tradicional apresenta incoerências e imprecisões advindas especialmente de sua origem e evolução. No que diz respeito à categoria de gênero, especificamente,

não é raro encontrarmos incoerências conceituais em seu tratamento, tanto nas gramáticas normativas quanto nas escolas, nos livros didáticos, entre outras fontes. Os problemas relacionados a essa categoria se devem não somente à sua complexidade – especialmente por envolver critérios morfológicos, sintáticos e semânticos –, mas também porque se costuma associá-la ao sexo dos seres, ou seja, há uma tendência a se pensar no gênero apenas por meio da diferença entre o sexo masculino e o sexo feminino, o que, às vezes, causa confusão conceitual.

A par das lacunas observadas em interpretações tradicionais a respeito do assunto, circunscrevem-se as teorias pautadas na ciência linguística, fornecendo uma fundamentação mais elaborada a respeito da categoria. Alguns linguistas destacam, por exemplo, a importância da identificação consciente de critérios para a sua compreensão, bem como a relação de aproximação e de independência entre o gênero enquanto uma categoria gramatical nominal e enquanto uma divisão sexual de seres em masculinos e femininos, permitindo uma melhor compreensão acerca desse fato.

Para alguns estudiosos da linguagem, esse parece ser um tema esgotado – afinal, não há nenhuma novidade em dizer que sexo e gênero gramatical são coisas diferentes. Em pesquisa anteriormente realizada por Biondo (2007), no entanto, foi possível verificar que, no âmbito escolar, mais especificamente entre alunos do Ensino Fundamental, há ainda dificuldade na compreensão do tema. Essa pesquisa envolveu 15 alunos de 2 turmas de cada série investigada (2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries), totalizando 30 alunos por série e o total geral de 120 alunos de uma escola pública estadual do município de Maringá/PR. A opção por essas séries justificou-se por elas constituírem momentos significativos do processo de formação dos alunos do Ensino Fundamental, outrora finais de ciclo³; já a escolha da escola foi motivada pela receptividade e pela

³ O Ensino Fundamental, à época da pesquisa, ainda era distribuído em 8 anos. Ou seja, não se trata do Ensino Fundamental de 9 anos, como atualmente.

aceitação para o desenvolvimento do trabalho.

Os alunos que participaram da pesquisa demonstraram, em sua maioria, não possuírem o domínio do conteúdo, misturando critérios e não compreendendo coerentemente o conceito de gênero gramatical. Além disso, ou talvez como consequência disso, a maioria dos alunos não conseguiu distinguir esse conceito do conceito de sexo dos seres. Diante desse quadro, passamos a questionar o porquê de os alunos não compreenderem adequadamente esse conteúdo, pois, se, por um lado, a grande maioria não apresenta dificuldades na identificação do artigo adequado ao substantivo (daí a justificativa para o conteúdo ser remetido muitas vezes a um segundo plano na escola⁴), por outro lado, eles têm dificuldades no que tange à compreensão do assunto.

A fim de buscarmos possibilidades de resposta a essa indagação, propusemos um trabalho de triangulação envolvendo alunos, professores e o material didático utilizado por ambos. Focalizamos, neste artigo, a investigação da base conceitual que os professores das turmas e séries mencionadas possuem sobre gênero gramatical, visto que eles constituem um dos elementos essenciais do processo de ensino-aprendizagem escolar.

Esse objetivo ganha relevância em um cenário no qual se destaca a importância da formação continuada e do papel desse profissional – não mais um mero repetidor de conteúdos e, muito menos, aquele que necessita aprender “técnicas” para realizar seu trabalho, mas um professor reflexivo, que analisa, reflete e constrói suas práticas – para a formação de cidadãos críticos e atuantes por meio da linguagem. Partimos, assim, da crença em que a reflexão sobre os conhecimentos linguísticos, por parte dos docentes, permitiria a interação com os alunos na observação e na construção de conhecimentos

⁴ Essa verificação encontra respaldo na verbalização dos professores, que revelam a pouca necessidade de reflexão com os alunos sobre o conteúdo gênero gramatical no Ensino Fundamental, pois creem que esse é um conteúdo fácil.

sobre a língua.

2 GÊNERO GRAMATICAL E COMPREENSÃO CONCEITUAL

A categoria de gênero caracteriza-se, de modo geral, como responsável pela divisão dos nomes em “classes”. Na língua portuguesa, essa perspectiva classificatória faz com que todos os nomes estejam agrupados na dicotomia masculino/feminino; porém, é possível encontrar imprecisões na maneira como ele é trabalhado, especialmente porque se costuma associar semanticamente a categoria de gênero ao sexo dos seres, gerando imprecisão e até mesmo confusão conceitual.

Essa aproximação entre conceitos que, apesar de semelhantes, são distintos, fica mais clara ainda quando nos propomos a olhar para o tema considerando a variedade de critérios que o envolvem, dentre os quais o semântico, o derivacional, o sintático e os lexicais.

Na esteira de Câmara J. (1984), podemos destacar a confusão que se costuma apresentar entre flexão de gênero e outras formas aleatórias, certos processos lexicais ou sintáticos de marcar o sexo dos seres. Esse é um problema comum, principalmente nas gramáticas normativas, nas quais se costuma opor o substantivo *mulher* como feminino de *homem* ou *zangão* como masculino de *abelha* – só para citar alguns exemplos de “heteronímia”. Fato semelhante ocorre com substantivos como *imperatriz/imperador*, em que a existência dos sufixos derivacionais -triz e -dor é ignorada em função de uma suposta “flexão” de gênero. Há, ainda, a confusão aplicada aos nomes de animais tidos como epíctenos. É comum acrescentarmos a nomes que se referem a animais as palavras *macho* e *fêmea*, contudo, essa distinção refere-se apenas à natureza sexual dos animais, e não a um caso de flexão, como se costuma apresentar.

A pesquisa com os alunos do Ensino Fundamental mostrou que esses estudantes tendem a focalizar o gênero

observando o fenômeno apenas por uma de suas faces. Muitas vezes eles o identificam apenas por meio da questão sexual, em outras situações, focam-se somente na terminação das palavras, ou, ainda, buscam a concordância da palavra com o seu artigo. Verificamos, porém, que, isoladamente, nenhum desses critérios garante a compreensão adequada do conteúdo, que só é atingida quando o aluno toma consciência da importância da interdependência entre eles, pois, como lembra Pozo (1998), quanto mais entrelaçada estiver a rede de conceitos que uma pessoa possui sobre determinada área, maior será a sua capacidade de estabelecer relações significativas e, dessa forma, de compreender os fatos dessa área.

A pesquisa mostrou ainda a tendência a pensar na categoria por meio das classificações, comumente encontradas em livros didáticos e gramáticas da língua portuguesa, em “epicenos”, “comum-de-dois” e “sobrecomum” – casos que denunciaram uma aprendizagem mecânica da nomenclatura tradicionalmente adotada. De qualquer forma, a relação inequívoca com o conceito de sexo dos seres é o que mais se destacou entre os sujeitos investigados.

Em uma perspectiva teórica sobre a compreensão conceitual, tem-se destacado a importância de que um conceito seja entendido como um elemento constitutivo da teoria na qual está inserido. De acordo com essa visão, os conceitos não se constituem entidades mentais isoladas, mas elementos organizados em algum tipo de todo estruturado, sistemas complexos de inter-relações (OLIVEIRA, 1999). No caso do conceito de gênero, vimos, anteriormente, que ele está diretamente relacionado a diversos tipos de conhecimentos, dentre os quais os morfológicos, os semânticos, os sintáticos e os lexicais.

Para Calsa (2004), seguindo a linha construtivista, sociointeracionista ou ainda a cognitiva, vários estudos têm se fundamentado numa possível definição do que seria realmente um conceito, qual o seu papel na aprendizagem e qual a melhor maneira de eles serem aprendidos. Essas linhas,

no entanto, ao contrário de constituírem-se em polos opostos – como se poderia prever num primeiro momento – acabam encontrando-se em alguns pontos, apresentando algumas noções contraditórias, mas, ao mesmo tempo, extremamente próximas. Prova disso é que, sob o nome de tomada de consciência, metacognição ou mesmo reflexão, qualquer uma dessas três teorias, quando trata da aprendizagem de um conceito, destaca a importância do trabalho reflexivo.

Nessa perspectiva, em um experimento realizado com adultos em diferentes níveis de escolarização – trabalhadores rurais e universitários, Oliveira (1999) constatou que a organização conceitual é motivada principalmente pela atividade de reflexão. Com base em interações verbais que permitiram aos indivíduos pensar sobre, discutir e interagir, os conceitos foram modificando-se gradativamente. Segundo a autora, num contexto de interação e metacognição que favorece o conflito, podem ser promovidas verbalizações que possibilitam o pensar sobre o assunto abordado.

No que concerne ao conceito de gênero, consideramos adequada a análise e a reflexão, em sala de aula, a respeito da importância do critério semântico-sexual para a identificação do masculino e do feminino, mas também de sua incompletude e de sua relação com os critérios morfológicos e sintáticos (flexão, derivação, concordância), de modo que o conceito em questão possa ser ampliado para além da visão semântico-conceitual. Para tanto, é primordial a intermediação do professor, com os seus conhecimentos sobre o conteúdo.

A reflexão indicada pela teoria sociointeracionista como atividade necessária à aprendizagem de conceitos, vale lembrar, pode ser considerada um aspecto em comum com as abordagens construtivista e cognitivista. Para essas teorias, o processo de consciência e a metacognição, respectivamente, são processos fundamentais para uma aprendizagem conceitual significativa, com compreensão. Assim, faz-se necessário verificar a compreensão plena dos professores sobre o conteúdo, a fim de que possam auxiliar seus alunos no processo de reflexão sobre a linguagem.

3 A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE GÊNERO GRAMATICAL PELOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Com o objetivo de gerar os dados que permitissem lançarmos o nosso olhar para os professores, obtivemos as suas verbalizações sobre a categoria nominal de gênero por meio de entrevistas, transcritas posteriormente, de acordo com o seguinte padrão: 1) a indicação do professor, da série e da turma é feita pelo conjunto $P_{x,y}$, onde P = professor; x = série e y = turma; 2) a entrevista forma um todo textual, sem adentramentos; 3) as perguntas diferenciam-se das respostas por estas estarem transcritas em itálico; 4) a transcrição segue os sinais de pontuação tradicionais da modalidade escrita.

Ao analisar as verbalizações dos docentes quanto à compreensão do gênero, verificamos que, no que diz respeito à nomenclatura, a maior parte deles tem ao menos uma noção básica sobre o tema, como verificamos nos seguintes fragmentos:

P_{4,1}: *O que é gênero gramatical? [...] Lembrar assim eu me lembro que tem a ver com o masculino e o feminino, e é assim que eu falo para as minhas crianças.*

P_{8,1}: *O que é gênero gramatical? [...] Acho que é parte do ensino dos substantivos. Tem o masculino, o substantivo, o feminino.*

Conforme os exemplos, a maioria dos docentes investigados demonstra contato com a nomenclatura “gênero dos substantivos”. Isso porque, questionados a respeito, eles verbalizam a relação da categoria com a divisão entre masculino e feminino e a sua vinculação com os substantivos, noções básicas e essenciais à compreensão da temática.

É necessário ressaltar, porém, que essas noções, explicitadas pela unanimidade dos professores, podem revelar apenas uma tendência à repetição do que os livros didáticos

trazem, e não uma compreensão conceitual. Ao analisar esses materiais, verificamos que a maioria não apresenta definições de gênero gramatical, destacando diretamente a relação dicotômica dos substantivos. Quando o professor diz, portanto, que o gênero é “masculino e feminino”, ou que “tem a ver com o substantivo”, como verificamos acima, o caráter simplista dessa resposta não permite, ainda, uma verificação de compreensão sobre o assunto.

Apesar de apresentarem essa relação, em sua maioria eles confundem-se e mostram-se inseguros quando são solicitados a definir o gênero:

P_{2,2}: Você sabe me dizer o que é gênero gramatical? *Ai, ai ai, você não me preparou antes. Ihh... eu não sabia que era difícil.*

P_{6,2}: O que é gênero gramatical? *Ãh?... (risos)... tá difícil, hein? O que você entende, assim, por gênero gramatical? Aii... gênero gramatical?... Eu vou arriscar... acho que é o masculino, o feminino, assim. Por exemplo, o homem, a mulher, por exemplo... o aluno e a aluna. Não é?*

A confusão e a insegurança diante do tema é o que se verifica acima quando, por exemplo, o professor P_{2,2} diz que o pesquisador não o preparou, e que ele “*não sabia que era difícil*”, ou, ainda, quando P_{6,2} exclama “*Ãh?*”, *sorri* e diz “*tá difícil, hein?*”. Esse tipo de resposta, verbalizada por docentes de todas as séries aqui focalizadas, demonstra a dificuldade na definição do conteúdo. Para Pozo (1998), é possível avaliar a compreensão de um conceito, dentre outras formas, por meio de sua definição. Se tomarmos essa assertiva, podemos considerar que a dificuldade dos professores já sugere a existência de imprecisão conceitual.

Além da verificação de dificuldade e de insegurança na definição do conteúdo apresentadas pelos docentes, é possível observar também uma tendência à confusão entre o conceito de gênero e outras noções da disciplina. É o que se verifica no exemplo a seguir:

P_{2,1}: O que é gênero gramatical? O gênero gramatical?... o que é? Deixa eu pensar... eu posso te dizer que é, olha, vou falar que o gênero gramatical... sabe, é assim... o aluno tem que saber essas coisas dentro de um texto, dentro de uma frase, ele precisa saber usar as coisas corretamente quando ele vai produzir textos. Então ele precisa usar certinho as coisas da gramática dentro do texto, assim... eu acho que é isso, não é isso?

A resposta desse professor da segunda série evidencia dificuldades na compreensão do conceito. Ao confundir-lo com outras noções da língua portuguesa, como a forma como se deve trabalhar com a gramática dentro do texto – que é o caso aqui –, ele demonstra não conhecer ou não recordar o conteúdo.

A dificuldade no trabalho com a categoria fica mais evidente, porém, no momento em que nos propomos a analisar mais detalhadamente a maneira como eles explicam o que entendem por gênero, como fazem para diferenciar o gênero masculino do gênero feminino e quais critérios utilizam para tanto. Nesse momento, as respostas demonstram a utilização de todos os critérios para a identificação do masculino e do feminino das palavras. São eles: 1) Sexo; 2) Terminação (flexão/ derivação); 3) Artigo (concordância).

A utilização desses critérios varia desde a menção a apenas um deles à menção dos três para o trabalho com gênero. Os casos de utilização de um, dois ou três critérios seguem parâmetros semelhantes e foram por nós denominados de: Caso 1 – quando ocorre a utilização de apenas um critério (o sexual); Caso 2 – quando há a utilização de dois critérios; e Caso 3 – há a utilização de três critérios. Analisados esses dados quantitativamente, chegamos aos seguintes resultados:

TABELA 1 – Percentual da quantidade de critérios utilizados nas definições de gênero gramatical

Critérios	1	2	3
Professores	12,50%	25%	62,50%

Como se observa na tabela 1, dos professores investigados, 12,5% (1)⁵ deles utilizam apenas um critério para a diferenciação dos gêneros masculino e feminino das palavras, enquanto 25% (2) usam dois critérios e 62,5% (5) utilizam três critérios. Vejamos cada um desses casos detalhadamente.

a) Caso 1 – utilização de apenas um critério:

Nesse caso, para a identificação do gênero dos substantivos, verificamos que apenas a utilização do critério semântico/sexual:

P_{2,1}: Como você diferencia os gêneros masculino e feminino? *Como que eu explico? Assim, eu vou explicando pros meus alunos que tudo, tudo existe o masculino e o feminino, ou o **homem ou a mulher; ou o macho, a fêmea, né?** Então eu vou mostrando, primeiro animais, pessoas, pássaros. Eu acho melhor explicar puxando pra realidade deles, por exemplo, conversando com eles e dizendo que **as coisas todas tem.. assim, tem o masculino e o feminino.** Aí é interessante ver exemplos que eles sabem, por exemplo, tem o cachorrinho e a cachorrinha... tudo tem homem e mulher, macho e fêmea. Com as animais é legal trabalhar porque eles gostam, sabe? Aí você pode falar também do jacaré, que é jacaré mesmo... assim. (grifos nossos)*

Esse tipo de resposta, encontrada em apenas uma das

⁵ O número que se encontra entre parênteses refere-se aos dados absolutos da pesquisa, ou seja, à quantidade de sujeitos em oposição aos dados relativos, que correspondem aos percentuais encontrados.

entrevistas realizadas, evidencia a utilização do conceito de sexo do reino animal para a identificação do gênero nominal. Isso fica explícito, por exemplo, no momento em que o professor diz que utiliza, para ensinar, a noção de “*homem ou a mulher, ou o macho e a fêmea*” ou, ainda, quando busca, entre os animais, exemplos para explicar que “*as coisas todas tem... assim, tem o masculino e o feminino*”.

Para Biderman (1974), essas noções que podem ser consideradas “naturais” são construídas desde a gênese da categoria de gênero e, apesar de atualmente se constituírem critérios parciais, ainda continuam fortemente presentes na abordagem do tema. Evidencia-se, na resposta acima, que a confusão conceitual entre gênero gramatical e sexo dos seres pode ser manifestada também pelos professores. Essa confusão constitui, segundo Câmara J. (1980, 1984, 2000), um dos grandes problemas inerentes à classificação de gênero, que é justamente o fato de ela ser pensada muitas vezes através de uma relação semântica com o sexo dos seres. Ressalvamos, no entanto, que dentre os oito docentes investigados apenas este apresentou esse tipo de problema de forma tão acentuada e, lembramos, trata-se de um professor de 2ª série e que não cursara graduação em Letras.

A mesma relação conceitual pode ser observada entre os alunos do Ensino Fundamental entrevistados no trabalho de Biondo (2007). Em todas as séries, eles utilizaram com maior frequência seus conceitos semânticos para identificar o gênero das palavras, relegando o conceito gramatical a um segundo plano. Esse desempenho assinala a confusão estabelecida pelos alunos investigados em torno da categoria de gênero.

Apesar da existência desse problema conceitual entre os professores, quase todos eles demonstraram compreender que as noções de gênero vão além da distinção semântica masculino/feminino – mesmo quando não veem o fenômeno em sua totalidade. São estes os sujeitos que se enquadram nos dois casos que seguem.

b) Caso 2 – a utilização de dois critérios:

No caso 2, além da noção semântica de sexo dos seres, já começam a serem vislumbradas respostas representativas da utilização de critérios gramaticais para as definições do gênero das palavras, sejam esses critérios a terminação ou a concordância (a relação com o artigo). Como verificamos na Tabela 1, 33% dos sujeitos utiliza, para diferenciação do gênero, dois critérios distintos. Vejamos um exemplo:

P_{8,1}: Como você diferencia os gêneros masculino e feminino? *Pelo artigo. Pra saber se é masculino ou feminino. Como você explica o gênero em seres inanimados/sem vida? Com essas coisas que eu te falei... tem o artigo, a **terminação**, porque nem... nem todas as... porque eu acho que não dá pra dizer o sexo em todas as palavras, então tem que ir ligando com o **artigo**, entende? Por exemplo, tem a noite né, a noite tem a, então é assim. Tem que olhar pra palavra mesmo.* (grifos nossos)

Nesse caso, vemos a preocupação com a terminação das palavras e com a utilização do artigo, explicitadas nos momentos em que o professor diz “*tem o artigo, a terminação*”, ou “*tem que ir ligando com o artigo, entende?*”. O domínio desses dois critérios, apesar de não abarcar o tema em sua totalidade, demonstra que os professores não se prendem às noções sexuais que envolvem a categoria, como o fazem a maioria dos alunos investigados a respeito.

Caso 3 - a utilização de três critérios:

Conforme tabela anterior, 17% dos docentes utilizam, para diferenciação do gênero, três critérios distintos:

P_{8,2}: Como você diferencia os gêneros masculino e feminino? *Como eu diferencio?... olha, tem que olhar a palavra, no texto, observar a **terminação**. Normalmente são*

os substantivos, né, então você tem que analisa se tem adjetivos que **concorda, se tem artigo**. Assim. Normalmente no texto você já percebe, e daí a gente vê a importância do texto, pra estar analisando as coisas... as coisas da gramática, né? até dá pra ver, nesse caso, se termina com **o** ou com **a** mas não... nem sempre vai dar certo assim, se é feminino termina em **a** entende? Então é importante o texto. Eu trabalho gramática assim. Assim eu também entendo melhor. É mais fácil. Em que critérios você se baseia para fazer essa diferenciação? Olha critério, critério eu não sei dizer exatamente não, mas eu procuro as relações no texto. Também tem a desinência... **a** ou **o**... e tem aqueles casos diferente, que os livros trazem... assim, deixa eu lembrar... **o sobrecomum, o epiceno**. E tem outros... só! Pode continuar (risos). (grifos nossos)

A resposta desse professor de 8ª série demonstra a utilização de todos os critérios que envolvem o tema. Verificamos que ele remete, em sua fala, à terminação das palavras, ao uso do artigo, à concordância do substantivo com o adjetivo, bem como ao critério sexual, relacionando todos esses itens ao texto. Além disso, ele demonstra um conhecimento a respeito da classificação apresentada por algumas gramáticas, pois cita a nomenclatura encontrada nesses manuais: “o sobrecomum, o epiceno”.

As respostas encontradas nos Casos 2 e 3, verbalizadas por professores de 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries, demonstram a utilização de conceitos semânticos e gramaticais no trabalho com o gênero gramatical. Mais do que (re)conhecer as ideias de masculino e feminino, eles mostraram o conhecimento e domínio de outras noções envolvendo o estudo do gênero, noções gramaticais como os radicais, os artigos, as terminações ou, mesmo, a concordância.

Cabe ressaltar ainda que, embora a maioria dos professores tenha demonstrado domínio da nomenclatura referente à categoria, alguns deles não conseguem justificar a relação e os limites que separam dois conceitos básicos que envolvem o trabalho com o tema: o gênero gramatical e o sexo

dos seres. Assim, ao serem questionados sobre o fato de haver uma diferença entre esses conceitos, a maioria destacou que havia (menos dois); porém, nenhum deles conseguiu explicar qual seria, efetivamente, essa diferença, como no exemplo:

P_{4,2}: *Você acredita que haja uma diferença entre gênero gramatical e o sexo dos seres? Gênero?... e... e sexo? (pensa um pouco) o gênero gramatical e o sexo?... ah, é diferente sim, né... tem assim os animais... os seres... e é diferente sim. Tem o macho, tem a fêmea, no mundo dos animais, então tem o sexo né... tem o gênero gramatical sim... ah, tem diferença sim. Eu acredito que sim, pelo menos.*

As verbalizações demonstram que os professores têm consciência de que existe diferença entre os conceitos de sexo e de gênero gramatical. É o que fica explícito quando o professor P_{4,2} diz que “é diferente sim”, como o fazem também outros. No entanto, apesar da consciência dessa diferença, muitos não conseguem justificá-la, mostrando-se inseguros ao argumentar a favor dela. É o que verificamos, por exemplo, nas verbalizações de P_{6,2}, que diz que não sabe “*explicar isso direito não, essa diferença, mas eu acho que existe sim*”, ou, ainda, de P_{8,2}, que declara: “*Diferença? Gênero... sim. Eu acho que sim. Agora não me pede pra explicar!*”.

Para Becker (2001), quanto maior o domínio de um conceito, maior a capacidade do sujeito de diferenciá-lo de outros. Esse processo de diferenciação é gradativo e depende da interação entre o sujeito e o meio. Ao diferenciar os objetos de conhecimento, o indivíduo gradualmente vai se tornando capaz de estabelecer afirmações e negações sobre ele. O domínio de um conceito, portanto, permitiria ao professor a distinção entre conceitos semelhantes, porém distintos, bem como a possibilidade de proporcionar reflexões sobre ele.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação das dificuldades referentes à categoria de gênero entre alunos do Ensino Fundamental e as confusões sobre o tema, observadas em manuais didáticos da língua portuguesa, nos fizeram lançar o nosso olhar para um dos elementos essenciais do processo de ensino aprendizagem – os professores. Na busca de verificar a base conceitual que eles possuem sobre o conteúdo, os dados nos revelaram, de modo geral, a imprecisão conceitual desses sujeitos no trato com o tema.

Isso nos foi desvelado, especialmente, pela dificuldade em aliar, na compreensão do gênero, os diversos conhecimentos que o envolvem, já que acreditamos que saber “usar a língua”, no caso do gênero gramatical, implica não apenas em não se confundir qual artigo utilizar antes de determinada palavra, mas sim em compreender o fenômeno em sua totalidade, verificando, inclusive, as limitações da divisão tradicionalmente apresentada em várias gramáticas e em vários livros didáticos, entre palavras de gênero “sobrecomum”, “comum-de-dois” ou “epicenos”.

É óbvio, portanto, que não pretendemos defender o ensino, na escola, da utilização dos artigos **o** e **a**, uma vez que isso já se sabe fazer, e não se erra, mas acreditamos na importância de se incitar, na escola, a reflexão para o fenômeno linguístico do gênero gramatical, a reflexão para a crítica da gramática tradicional, para a compreensão de suas fragilidades e limitações. Assim, acreditamos no papel do professor como mediador dessa reflexão, como parte essencial numa perspectiva de ensino da língua portuguesa em que as definições e nomenclaturas cedem espaço à análise linguística, ou seja, à reflexão e à atuação por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS

BECKER, F. *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. *A categoria do gênero*. 1974. Tese apresentada ao concurso de livre-docência na disciplina de Filologia Românica – Unicamp – Universidade de São Paulo. Campinas/SP, 1974.

BIONDO, F. P. *A formulação do conceito de gênero dos substantivos entre alunos do ensino fundamental: um processo de tomada de consciência*. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

CALSA, G. C. *Mudanças conceituais na aprendizagem escolar: possibilidades e limites da teoria construtivista*. Relatório de Projeto de Pesquisa, processo 378/2004 PPG-UEM. Maringá, 2004.

CÂMARA JUNIOR, J. M. *Problemas de linguística descritiva*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.

OLIVEIRA, M. K. *Investigações cognitivas: Conceitos, Linguagem e Cultura*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POZO, J. I. A aprendizagem e o ensino de fatos e conceitos. In: COLL, C. *Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes*. Porto Alegre: Saraiva, 1998, p. 17-72.

Recebido em: 22/02/2010.

Aprovado em: 02/06/2010.